

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Referência: Inexigibilidade de Chamamento Público - Repasse Financeiro ao Terceiro Setor

Inexigibilidade de Chamamento Público: 012/2025

Instrumento: Termo de Colaboração

Base legal: Artigos 31 e 32 da Lei Federal nº 13019/14, Art. 20 do Decreto Municipal nº 7.186/2017, de 25 de outubro de 2017 e Lei Municipal nº 6.368 de 23 de maio de 2025.

Organização da Sociedade Civil:

Rotary Club de Formiga

CNPJ: 20.658.290/0001-72

Endereço: Rua José do Patrocínio, nº 753 - Alvorada - Formiga MG.

CEP: 35.572-024

Objeto: Apoio financeiro para execução de mais uma etapa da obra da nova sede: reboco, chapisco (interno e externo), contrapiso, instalações hidráulicas e eletrodutos da nova sede do Rotary Club de Formiga.

Valor total de repasse: R\$ 95.000,00 (Noventa e cinco mil reais).

Período de repasse: Exercício 2025.

Vigência: O objeto será executado em 12 (doze) meses a partir do recebimento do recurso financeiro.

Tipo de Parceria: COLABORAÇÃO

JUSTIFICATIVA PELA INEXIGIBILIDADE:

Com intuito de celebrar **TERMO DE COLABORAÇÃO**, entre o Município de Formiga e o Rotary Club de Formiga, cuja entidade encontra-se regularmente inscrita junto ao CNPJ: 20.658.290/0001-72, com sede na Rua José do Patrocínio, nº 753 - Alvorada - Formiga MG, CEP: 35.572-024, pelo qual o Município repassará o **valor de R\$ 95.000,00 (Noventa e cinco mil reais)** no exercício de 2025, a título de apoio financeiro para execução de mais uma etapa da obra da nova sede: reboco, chapisco (interno e externo), contrapiso, instalações hidráulicas e eletrodutos da nova sede do Rotary Club de Formiga e encontra-se devidamente autorizada por Lei Municipal nº 6.368 de 23 de maio de 2025, que identifica expressamente, o nome da Entidade Beneficiária.

A luz da Lei Federal 13.019/14, que vem normatizar e reger o assunto em comento, prevê em seu artigo 31:

“Art. 31 Será considerado INEXIGÍVEL o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre organizações de sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto e de parceria ou se as metas a serem atingidas somente poderão ser feitas pela entidade específica quando:

II - A parceria decorrente de transferência para organização de sociedade civil que esteja AUTORIZADA POR LEI, na qual seja identificada expressamente a Entidade beneficiária, inclusive se tratar de subvenção social....”

Ademais, a Lei nº 13.019/2014, em seu art. 32, tipifica:

“Art. 32. Nas hipóteses dos arts. 30 e 31 desta Lei, a ausência de realização de chamamento público será justificada pelo administrador público.”

Pelo exposto, resta justificada a **INEXIGIBILIDADE**, estando devidamente autorizada em lei, que identifica plenamente o beneficiário, portanto, cumprindo os preceitos estabelecidos nos artigos supracitados.

A presente justificativa, sob pena de nulidade do ato de formalização da parceria, será publicada no meio oficial de publicidade do Município, admitindo-se impugnação, no prazo de cinco dias, na forma da Lei.

Formiga, 15 de outubro de 2025.

Joana Santos Costa

Secretária Municipal de Desenvolvimento Humano